

14. ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS – FREGUESIA LAMAS:

Submete à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, processo (723/Proc/14), **Freguesia de Lamas**, em que solicita a isenção do pagamento da Taxa Municipal de Urbanização, relativamente à operação de loteamento, sita no Lugar da Bouça do Paço, freguesia de Lamas, deste concelho.

Segundo informação da **DMUOP-DGU-DGUEP**, a Câmara poderá conceder isenção de taxas e taxas de licença a quem venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, de acordo com o previsto na alínea c) do ponto 1 do Artigo H-2/5º., Capítulo I, Título II (Cobrança de taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestrutura urbanísticas — taxa municipal de urbanização e taxa especial de urbanização), parte H do Código Regulamentar do Município de Braga, sendo o valor da Taxa no montante de **13.949,98 euros**.

Caso venha a ser concedida não isenta contudo à apresentação de caução.



BRAGA
Município

DMUOP - DGU - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E ESPAÇO PÚBLICO - DGUEP

A 5 de Junho,

1208.03

[Handwritten signature]

Despacho

Deposita a origem do loteamento bem como os dados de urbanização.

O Vereador

Ao Senhor Presidente sobre a isenção de taxas.

Por subdelegação de competências de 28/10/2013 do Sr. Presidente da Câmara.

[Handwritten signature]

(Miguel Bandeira, Dr.)

Data:

25.7.2017

Proposta de Despacho

Concordo. Ao Vereador, pedindo-se a aprovação da origem de loteamento e respectivas obras de urbanização conforme proposto.

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

Por subdelegação de competências de 01/03/2016 do Sr. Presidente da Câmara.

(António Zamith, Dr.)

24 JUL 2017

Data:

A Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público.

Por subdelegação de competências de 02/01/2017 do Sr. Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento.

(Adasinda Pereira, Eng.ª)

Data:

14.7.17

Passa-se a processo de licenciamento nos termos da informação

Processo n.º 8391/URB/PED/16

Relacionado c/ Registo n.º 2655, datado de 13/03/2017

c/ Registo de entrada n.º 5586, datado de 07/06/2017

c/ Registo n.º E/3892/DAC/2017, datado de 12/06/2017

c/ Registo n.º PED/9278/2017, datado de 19/06/2017

Requerente: JUNTA DE FREGUESIA DE LAMAS

Local da Obra: Lugar da Bouça do Paço, freguesia de Lamas

Assunto: APROVAÇÃO DE ESPECIALIDADES EM OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO e PEDIDO DE ISENÇÃO DE TMU

Técnico Responsável: António Ferreira, Eng.º

Informação: I/3826/DGUEP/2017 – INF.N.364/DGUEP/LOT.2017

Data: 24-07-2017

[Handwritten signature]



BRAGA
Município

DMUOP - DGU - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E ESPAÇO PÚBLICO - DGUEP

2/3

Apreciação

O presente processo visa a realização de uma operação de loteamento, a localizar no Lugar da Bouça do Paço, freguesia de Lamas, para a qual teve informação técnica favorável datada de 11/12/2014, tendo a mesma sido deferida por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo em 11/12/2014.

Em 13/02/2017, foi proferida uma informação técnica INF.N.087/DGUEP/LOT.2017, na qual foi analisado o processo, tendo aprovação e a respetiva emissão do alvará de licença de operação do loteamento, ficando condicionado à prévia apresentação da Certidão da Conservatória do Registo Predial que comprove a titularidade do terreno pela Junta de Freguesia, ao pagamento prévio das taxas devidas e apresentação da caução. Foi o requerente notificado pelo ofício nºS/1764/DMOUPSA datado de 02/03/2017, com cópia da informação.

Ponto de situação:

Em 13/03/2017, deu entrada o pedido de isenção/redução/pagamento em prestações de taxas municipais, sob registo nº 2655/URB/PED/17, o qual teve informação técnica do Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbana, datada de 12/04/2017. Na mesma informação foi solicitado parecer jurídico à DSJC – Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso para que pronunciasse, de forma fundamentada, quanto à viabilidade do pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais apresentado no requerimento.

Os Serviços da DSJC emitiu o parecer em 27/04/2017, onde menciona o seguinte: *“Cingindo-nos à questão suscitada, chamamos a atenção que o enquadramento apontado na informação (datada de 13/03/2017), no que se refere à isenção de taxas não se nos afigura adequado, já que estando em causa a TMU, esta tem o seu lugar próprio de previsão no Título II, da Parte H do Código Regulamentar do Município de Braga e no que concerne a isenções no disposto do artigo H-2/5º do referido código.”*

Refere também o parecer da DSJC que, passo a citar *“Por último, importa salientar a informação já prestada por esta Divisão sobre o momento da liquidação das taxas regulado no artigo 117º do RJUE.”*

Em 15/05/2017, foi proferida a informação técnica pelo Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbana, a qual teve proposta de despacho no sentido de propor o indeferimento da pretensão do pedido de isenção do pagamento de taxas e outras receitas municipais, referentes à TMU. Em 15/05/2017, teve despacho do Sr. Diretor da DMOUP, o qual mandou efetuar a audiência prévia nos termos e para os efeitos infra indicados, tendo sido notificado o requerente em 17/05/2017 por ofício nºS/4072/DMOUPSA/2017, com cópia da informação técnica e respetivos despachos. Foi dado um prazo de 10 dias úteis para pronunciar-se ao processo.

Em 07/06/2017, deu entrada pelo BU o registo de entrada nº5586, que foi encaminhado para o Serviço DMOUPSA, veio apresentar documento justificativo em sede de audiência prévia que lhe fora concedida. O requerente não se conforma com a intenção de proposta de indeferimento que lhe foi notificada, discorda totalmente e em absoluto com os motivos apresentados.

Face ao exposto, de acordo como o previsto na alínea c) do ponto 1 do Artigo H-2/5º, Capítulo I, Título II (Cobrança de taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestrutura urbanísticas – taxa municipal de urbanização e taxa especial de urbanização), parte H do Código Regulamentar do Município de Braga, ou seja, estão isentas de pagamento de TMU os empreendimentos a que por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área do deste Município, fins de carácter cultural, social, religioso, desportivo ou recreativo.



BRAGA
Município

DMUOP - DGU - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E ESPAÇO PÚBLICO - DGUEP

3/3

Em 12/06/2017, o requerente veio apresentar o requerimento de junção de elementos através da entrada de documento nºE/3892/DAC/2017, no qual veio entregar cópia de escritura da Bouça do Paço, lavrada no Cartório Notarial do Notário Rodrigo António Prieto Rocha Peixoto, em Braga, com data de 08/06/2017, para se juntar ao processo.

A 13/06/2017, foi realizado o averbamento na 1ª Conservatório do Registo Predial de Braga do terreno da Bouça do Paço, com área de 38.812,00m², cujo sujo ativo passou a ser a Freguesia de Lamas, conforme cópia de Certidão enviada por email em 24/07/2017, a qual segundo a requerente já deu entrada no BU em 20/07/2017. Nada a opor.

Em 19/06/2017, deu entrada por carta registada com aviso de receção o pedido que ficou registo com o nºPED/9278/2017, onde é apresentado o requerimento pela Junta de Freguesia que vem juntar documentos (fotocópia de procuração forense datada de 31/05/2017, fotocópia certificada de Ata da Sessão Ordinária da Junta de Freguesia de Lamas de 31/05/2017 e fotocópia de Escritura de Permuta, lavrada no dia 08/06/2017).

Observa-se que por parte da Junta de Freguesia, houve a especial preocupação em manter devidamente informado o Município de Braga acerca da transferência da titularidade do prédio rústico denominado Bouça do Paço, sito do lugar do Paço.

Proposta / Conclusão

Face ao exposto, verifica-se que a operação de loteamento com execução de obras de urbanização reúne as condições necessárias para obter parecer favorável, pelo que se propõe a sua aprovação

A isenção do pagamento de TMU será para os empreendimentos a que por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, de acordo com o previsto na alínea c) do ponto 1 do Artigo H-2/5º, Capítulo I, Título II (Cobrança de taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestrutura urbanísticas – taxa municipal de urbanização e taxa especial de urbanização), parte H do Código Regulamentar do Município de Braga.

A isenção de TMU caso venha a ser concedida não isenta contudo à apresentação de caução apurada no valor de 188.002,22€, destinada a garantir a boa e regular execução das infraestruturas, salvo melhor entendimento em contrário.

O Técnico,

António Ferreira, Eng.º